



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL**

Termo de Referência Nº 0057090/2018-DIMP/CGA/COGAF/DIRAD

Belém-PA, 22 de março de 2018.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI's, equipamentos de sinalização visual e instrumentos de medição e comunicação, com o objetivo de atender as necessidades da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	CAPACETE DE SEGURANÇA, tipo II (aba frontal), Classe B, com casco injetado em material plástico. Deve oferecer proteção da cabeça contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos. Deverá atender a NBR 8221:2003, ou alteração posterior e ter o Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. O Certificado de Aprovação de Equipamentos de Proteção Individual, deverá possuir validade mínima de 2 anos a partir da data de abertura das propostas. Garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto. O CAPACETE DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE CARNEIRA COM JUGULAR, com tira de nuca, suspensão tipo STAZ-ON. Testeira absorvedora de suor produzida em laminado de PVC atóxico, dublado com espuma multiperfurada em poliuretano, na cor cinza. Carneira ajustável para diversas medidas de cabeça. Confeccionada em polietileno de baixa densidade, de alta resistência. Cinta dupla amortecedora formada por fitas de poliéster posicionadas em forma de cruz com 4 pontos de apoio. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	15
2	CINTURÃO DE SEGURANÇA tipo paraquedista com abdominal. Possui 5 regulagens completas, 2 pontos de posicionamento, almofadas de proteção lombar, pernas e ombros, 2 pontos de ancoragem sendo 1 frontal e 1 nas costas, 1 mosquetão oval com trava dupla rosqueada, 2 pontos de suspensão nos ombros. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	2
3	TALABARTE em Y com absorvedor de energia para conexão entre o cinturão paraquedista e o ponto de ancoragem, confeccionado em fita de poliéster, 2 ganchos, dupla trava com abertura de 55 mm, 1 absorvedor de energia com gancho, olhal dupla trava com abertura de 18 mm. Seguindo Normas NBR 14629:2010, NBR 15834:2010 e NBR 15837:2010. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	2
4	PROTETOR AUDITIVO do tipo inserção pré-moldado (plug), confeccionado em silicone, no formato cônico com três flanges concêntricos, de diâmetros variáveis, contendo um orifício em seu interior, macio e facilmente adaptável ao canal auditivo. Tamanho único, com cordão plástico liso, higienizável, acompanha caixa plástica. Atenuação mínima: 16 dB (NRRsf). Certificado de aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	50
5	ÓCULOS DE SEGURANÇA, em policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral, adaptável a óculos de grau, haste ajustável, confeccionadas preferencialmente do mesmo material. Largura média da lente: 158 mm (6,2 nominal). Revestimento da lente: ultra-dura™ Uvextreme™ ou similar. Espessura da lente: No mínimo, 2,0 mm (0,08 pol). Comprimento da haste: 110 mm (4,5)". Curva da haste: 100 mm (4,0)". Estilo da haste: Com amortecimento Duoflex™ ou similar. Peso dos óculos: Aproximadamente 44 gramas (1,5 oz.). Atende as exigências da norma ANSI Z87.1:2003. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	15
6	ÓCULOS DE SEGURANÇA, em policarbonato escuro, com apoio nasal e proteção lateral, adaptável a óculos de grau, haste ajustável, confeccionadas preferencialmente do mesmo material. Largura média da lente: 158 mm (6,2 nominal)". Revestimento da lente: ultra-dura™ Uvextreme™ ou similar. Espessura da lente: No mínimo, 2,0 mm (0,08 pol). Comprimento da haste: 110 mm (4,5)". Curva da haste: 100 mm (4,0)". Estilo da haste: Com amortecimento Duoflex™ ou similar. Peso dos óculos: Aproximadamente 44 gramas (1,5 oz.). Atende as exigências da norma ANSI Z87.1:2003. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	UND	15
7	MÁSCARA DESCARTÁVEL dupla com clips nasal e elástico. Embalagem c/ 100 unidades. Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno Atóxica. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roloço recobertos com algodão, que se destinam ao apoio e ajustes à face e que se prendem atrás da orelha de usuários, A máscara é confeccionada no estilo retangular, tamanho único, inteiramente em TNT, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica. Especificações Técnicas: Confeccionado em TNT - Tecido Não Tecido 100% polipropileno. Material descartável. Atóxico. Cor: Branco. Gramatura: 30gr. Embalagem: 100 unid.	PCT	10
8	BOTINA DE SEGURANÇA de couro com biqueira plástica, tamanho de 35 a 42 (par); sem cardasse, com elástico; cor preta; bidensidade; toda forrada internamente; fabricada em vaqueta graneada de boa qualidade, couro curtido ao cromo; cano de colarinho medindo aproximadamente 110 milímetro a partir do salto, salto em poliuretano (pu)/(pvc) injetado antiderrapante com aproximadamente 12 milímetros de espessura e com numeração gravada de forma indelével, vira de boa qualidade, resistente a tração e ao desgaste; contra forte em celo plástica; não poderá ter partes metálicas, pois será destinada aos profissionais da área de elétrica; estar com a data de validade de no mínimo um ano no ato da entrega. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	15
9	LUVA ISOLANTE Classe II, resistente a ozônio, tensão de ensaio 20kv, tensão máxima de uso 17kv, luva de cobertura em couro de borracha isolante para proteção contra atrito, abrasão, cortes e perfuração. Fornecedor deve informar o número do C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	2
10	VESTIMENTA DE PROTEÇÃO arco elétrico, classe 4, nr10 confeccionado com três camadas em tecido retardante a chama (anti-chama) composto de 88% algodão 12% poliamida (nylon) de alta resistência, atpv 40,0 cal/cm2, ideal para uso em cabines primarias e subestação.	UND	2
11	CAPUZ contra arco elétrico, classe 4, proteção contra arco elétrico risco 3 e 4 nr10, área de visão de 10'x20', com alongamento para peito e costa. Capacete interno acoplado e visor de policarbonato de luminosidade de 55%, proteção contra infravermelho, ultravioleta e partículas.	UND	2
12	PROTETOR SOLAR, UVA/UVB fator 30, creme. Embalagem com 120 gramas.	UND	5
13	PEDESTAL PLÁSTICO para fixação de fita de segurança e estabelecimento limite de segurança (Preto/Amarelo). Altura de aproximadamente 93 cm; Peso 5,5 kg.	UND	10
14	CORRENTE DE SEGURANÇA. Corrente de sinalização e isolamento em plástico de alta durabilidade, resistência mecânica e contra altas temperaturas. Resistente ao uso externo, não perdendo cor ou descascando com a ação de intempéries. Indicada como isolamento e sinalização de áreas de segurança. Corrente plástico elo pequeno 38x21x5 mm; (Preto/Amarelo). Metro.	M	30

15	FITA DE SINALIZAÇÃO zebra (Preto/Amarelo) em filme de polietileno. Indicada como isolamento e sinalização de áreas de segurança. Rolo com 200 metros.	UND	20
16	CONE DE SINALIZAÇÃO, material composto sintético, altura 75cm, cor laranja com 2 faixas brancas refletivas, características adicionais flexível impacto veículos, acessórios base c/ 08 sapatas; suporte faixa de isolamento.	UND	20
17	TRENA DE FIBRA DE VIDRO, de aproximadamente 20 metros de comprimento, com manivela para recolhimento da fita, clip metálico na ponta da fita, graduada em milímetro e polegada, largura da fita de aproximadamente 12,5 mm.	UND	2
18	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL CA E CC: Função TRUE-RMS; retro iluminação; faixa de operação: corrente CA 999,9A, faixa de corrente expansível com garra de corrente flexível para 2500A; corrente CC 999,9A; tensão CA 1000V; tensão CC 1000V; resistência 60KOHM; freqüencímetro; diâmetro do condutor de medição 1.3" ou 34 mm Max; captura de corrente de partida de motores com filtros de ruídos; configuração automaticamente da faixa de medição correta; classe de segurança IEC/EN61010-1:2001, 1000V CAT III, 600 CAT IV. Deverão ser fornecidos com os seguintes acessórios: Garra de corrente; flexível 18-inch inflex; pinças de crocodilo SUREGRIP™, grampos, ganchos e sondas de teste industriais para um contato fiável com diversos tipos de pontos de teste; Suporte magnético pratico para suspensão do alicate numa superfície metálica; adaptador de temperatura com termopar tipo k para medições de temperatura diretas com as funções de medição de temperatura do DMM; estojo maleável; pontas de prova TL75; cinco baterias alcalinas AA; cartão de instrução revestido; ficha de informação de segurança; certificado de calibração.	UND	2
19	DETECTOR DE TENSÃO 1KV, detecção de tensão de 90 a 1000 V, categoria IV – sobretensão de 1000 V.	UND	2
20	TERMOMÉTRO ÓPTICO, medição de -30°C a 900°C (-22°F a 1.652°F), relação distância-ponto 60:1, com mira laser precisa, interface em vários idiomas, infravermelho e temperatura do termopar na tela, retenção – modo hold/alarme de temperatura alta e baixa, visualização e armazenamento de dados (99 conjunto de dados), relógio, cabos de interface usb 2.0 para conexão de computador.	UND	2
21	RÁDIO COMUNICADOR, 16 Canais, alcance de até 8 Km Botão PTT (Push-To-Talk) - Botão de teste - Lanterna - Botão de troca de canais - Botão Liga / Desliga e Controle de volume - Luz de LED indicadora - Bateria de Lítio - 1500mAh - Duração da bateria: Aproximadamente 10 horas - Canais: 16 - Alcance: Até 8 Km - Circuito CTCSS e DCS - Faixa de frequência: 400 ~ 470 MHz - Voltagem: Bivolt - 01 Par de Radio Walkie Talkie - 02 Bases carregadoras 1 Bateria de Lítio - 1500mAh – reserva para cada Radio. Modelo de Referência: Equivalente ou de melhor qualidade Multilaser - Tv003.	UND	3

- 1.2. Os equipamentos de proteção individual – EPI's, constantes nos itens de 1 a 12 do quadro acima, deverão ter validade mínima de 1(um) ano.
- 1.3. Os material de sinalização visual e instrumentos de medição e comunicação, constantes nos itens de 13 a 21 do quadro acima, deverão ter garantia mínima de um ano.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Diante da execução das atividades que atualmente esta Coordenação de Gestão Administrativa – CGA executa, faz-se necessária a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI's, material de sinalização visual e instrumentos de medição e comunicação para a manutenção da eficiência e da operacionalidade das frentes de serviços que hoje estão sob sua responsabilidade. Essas aquisições visam atender toda a equipe de fiscalização, sendo imprescindível para a segurança dos servidores em questão, na prevenção de acidentes de trabalho e para que não tragam nenhum atraso ou prejuízo para as atividades a cargo desta coordenação.

2.2. O quantitativo de equipamentos de proteção individual – EPI's, equipamentos de sinalização visual e instrumentos de medição e comunicação a serem adquiridos foi levantado com base na quantidade de servidores existentes neste setor e nas atividades por eles desenvolvidas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 3.2. A aquisição que se refere este Termo de Referência, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando qualquer relação entre que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. GARANTIA

4.1. O prazo de garantia dos itens de 13 a 21 constantes no quadro do item 1 deste termo deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo sem prejuízo da garantia dada pelo fabricante.

4.2. A garantia será contra defeitos de fabricação, contra mal funcionamento devido a desgastes prematuros durante a operação em condições normais, sendo compreendida por assistência técnica, incluindo mão de obra e reposição de peças.

4.3. Durante o prazo de vigência da garantia, constituem-se obrigações da Contratada:

4.3.1. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição dos instrumentos de medição e comunicação ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e no contrato.

4.3.2. O prazo para conserto dos instrumentos de medição e comunicação com defeito, durante o período de vigência da garantia, será de no máximo 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado no interesse da administração, a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser atendido em até 01 (um) dia útil. Se o conserto não for realizado no prazo especificado, os instrumentos de medição e comunicação com defeito deverão ser substituídos por outros novos, com especificação técnica igual ou superior a da proposta.

4.3.3. A Contratada deverá prestar assistência técnica pelo período de garantia concedido, sem qualquer ônus para Administração, com indicação de endereços e telefones dos centros de atendimento Técnico.

5. PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A proposta comercial deverá conter as seguintes informações:

5.1.1. Valor unitário e total de cada item e o valor global da proposta.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; .

5.1.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

5.1.5. Para os itens de 1 a 12, número do Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

5.1.6. O fornecedor deverá encaminhar juntamente com a proposta o catálogo comercial, preferencialmente em língua portuguesa, conteúdo especificações, marca, modelo, etc.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no setor de almoxarifado da SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM – Trav. Antônio Baena, nº1113, Bairro do Marco – CEP: 66.093-082 – Belém-PA, de segunda à sexta-feira no horário de 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pela equipe de fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no quadro do item 1 deste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente pela equipe de fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações, qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos encontram-se no quadro do item 1 deste Termo de Referência.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de

10.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. ESTIMATIVA DE CUSTO

12.1. O valor estimado para execução dos serviços corresponde a R\$ 20.036,35 (vinte mil trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme registros anexados ao processo nº 59004.006373/2017-53, e estão discriminados conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	CAPACETE DE SEGURANÇA	UND	15	38,73	580,95

2	CINTURÃO DE SEGURANÇA	UND	2	264,24	528,48
3	TALABARTE EM Y	UND	2	160,14	320,28
4	PROTETOR AUDITIVO	UND	50	2,17	108,50
5	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR	UND	15	6,31	94,65
6	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO	UND	15	6,63	99,45
7	MASCARA DESCARTÁVEL EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	10	19,33	193,30
8	BOTINA DE SEGURANÇA	PAR	15	51,5	772,50
9	LUVA ISOLANTE	PAR	2	329,99	659,98
10	VESTIMENTA DE PROTEÇÃO	UND	2	1.125,33	2.250,66
11	CAPUZ CONTRA ARCO ELÉTRICO	UND	2	1.883,67	3.667,33
12	PROTETOR SOLAR, UVA/UVB FATOR 30 BEM. COM 120 GR	UND	5	14,50	72,50
13	PEDESTAL PLÁSTICO PARA FITA DE SEGURANÇA	UND	10	19,35	193,50
14	CORRENTE DE SEGURANÇA (METRO)	M	30	2,79	83,70
15	FITA DE SINALIZAÇÃO (ROLO COM 200M)	UND	20	9,20	184,00
16	CONE DE SINALIZAÇÃO	UND	20	37,51	750,20
17	TRENA DE FIBRA DE VIDRO	UND	2	21,72	43,44
18	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL	UND	2	4.062,41	8.124,82
19	DETECTOR DE TENSÃO	UND	2	117,81	235,62
20	TERMÔMETRO ÓPTICO	UND	2	241,26	482,52
21	RADIO COMUNICADOR (PAR)	UND	3	393,33	1.179,99

12.2. Os preços definidos neste termo são fixos e irrecorríveis.

13. FONTE DE RECURSOS

13.1. A despesa decorrente da execução do objeto desta aquisição ocorrerá no exercício de 2018 a conta da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Itens	Programa de Trabalho	Fonte	Plano Interno	Nat. da Despesa	Valor Estimado
1 a 17	041.222.111.2000.0001	0100	PDA 2017	339030	R\$ 10.603,42
18 a 21	041.222.111.2000.0001	0100	PDA 2017	449052	R\$ 10.022,95
Valor total estimado (vinte mil trinta e seis reais e trinta e cinco centavos)					R\$ 20.626,37

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.12. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pela CONTRATANTE deverá ser atualizado monetariamente, obedecendo a seguinte disposição da legislação:

14.12.1. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX / 100) / 365$

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

14.12.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

EVENTO	PRAZO
Prazo de entrega do material	30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
Recebimento provisório	5 (cinco) dias.
Recebimento definitivo	5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.
Substituição dos equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações	15 dias, a contar da notificação da contratada.
Pagamento	15 (cinco) dias.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no quadro do item 1.1 deste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

17.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na contratação;

17.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18. QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

18.1. Para comprovação de que a LICITANTE possui capacitação e experiência na execução do objeto deste Termo de Referência, a empresa deverá, nos termos do Art. 30, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, juntamente com a documentação de habilitação necessária, apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs).

18.2. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

18.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

18.3.1. Nome do cliente;

- 18.3.2. Endereço completo do cliente;
- 18.3.3. Descrição dos bens fornecidos;
- 18.3.4. Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado;
- 18.3.5. Telefone, fax ou e-mail de contato.
- 18.4. A SUDAM reserva-se o direito de realizar diligências e comparecer aos locais indicados nos atestados e demais documentos, para confirmação das informações contidas e comprovação da boa execução e eficiência dos serviços, com base no § 3º, Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93;

19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 19.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de serviço, dentro do limite admitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.5. cometer fraude fiscal;
- 20.1.6. não manter a proposta.
- 20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 20.2.2. multa moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3 (três) dias;
- 20.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 20.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 20.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 20.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 20.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Elaborado por:

Marcos Antonio Tavares de Sousa - Engenheiro Civil

De acordo:

Vilmara Ferreira Salgado - Coordenadora da CGA Substituta

Aprovo:

Keila Adriana Rodrigues de Jesus - Diretora de Administração Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Engenheiro Civil**, em 22/03/2018, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vilmara Ferreira Salgado, Coordenador Substituto(a)**, em 22/03/2018, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0057090** e o código CRC **647378E2**.

Referência: Processo nº 59004.006373/2017-53

SEI nº 0057090